

DESARMAMENTO DEPENDE DO ELEITOR



Em 23 de outubro, os eleitores vão se manifestar a favor ou contra a venda de armas de fogo no Brasil. Na presença de ministros e vários parlamentares, o presidente do Senado, Renan Calheiros, promulgou o decreto legislativo que convoca o referendo sobre o desarmamento. "Hoje, sem dúvida, é um grande dia para o Brasil", disse Renan, para quem o ato simbolizou, mais que a promulgação do decreto legislativo, o início de uma cultura da paz.

Página 5



CAUSA Entre parlamentares e ministros, Renan promulga o decreto legislativo sobre o referendo

Morrem no Brasil todos os dias 104 pessoas assassinadas por arma de fogo. A criminalidade entre nós é uma epidemia, e como epidemia ela precisa ser enfrentada

Renan Calheiros
Presidente do Senado

PROPAGANDA TERÁ RÁDIO E TV

A intenção do Tribunal Superior Eleitoral é veicular 15 minutos diários de propaganda sobre o referendo, em emissoras de rádio e TV, no período de 8 de setembro a 20 de outubro. A consulta popular será feita três dias depois.

DIA TENSO NA CPI

Quebra do sigilo de Roberto Jefferson gera polêmica

Mercadante sugere reunião para repensar trabalhos

Ex-secretária refuta versão sobre destino do dinheiro sacado

Delúbio e mulher de empresário são chamados a depor



No dia em que ouviu o depoimento de Fernanda Karina (foto acima), ex-secretária de Marcos Valério, a CPI dos Correios quebrou o sigilo do deputado Roberto Jefferson. A decisão foi aprovada depois que governistas e opositores fizeram acusações mútuas, aumentando o clima de tensão.

Páginas 2 a 4

POLÊMICA Opositores discordam de só colocar em votação a quebra do sigilo de Roberto Jefferson

Plenário aprova aumento para ministros do Supremo

Página 6



Nota do deputado Roberto Jefferson, convocação de Delúbio Soares e da mulher de Marcos Valério e quebra de sigilos de petistas marcam a reunião da CPI dos Correios em que ex-secretária reafirma envolvimento do empresário com a cúpula do PT

Karina diz que motobói também quer falar

Uma nota de esclarecimento encaminhada pelo deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) à comissão parlamentar de inquérito na qual ele acusa o PT de tentar preservar a imagem do partido atacando a honra e a integridade do PTB; a aprovação de requerimentos convocando para depor o tesoureiro afastado do PT, Delúbio Soares, e a mulher do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, Renilda

Maria Santiago Fernandes; e a leitura de fax enviado pelo ex-ministro-chefe da Casa Civil, deputado José Dirceu (PT-SP), pelo próprio Delúbio Soares e pelos dirigentes petistas Silvio Pereira e José Genoíno, contribuíram para esquentar a reunião de ontem da CPI dos Correios e ofuscar o depoimento da ex-secretária de Marcos Valério, Fernanda Karina Somaggio.

Em sua nota, Roberto Jef-

erson – que também teve seu sigilo fiscal, bancário e telefônico quebrado ontem pela CPI – disse que, ao conceder entrevista ao humorista Jô Soares, confundiu pergunta feita pelo apresentador e afirmou inadvertidamente que membros da CPI recebiam o “mensalão”.

O deputado explicou que, na verdade, estava se referindo a integrantes do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

Mas Fernanda Karina, que depôs durante cerca de seis horas na CPI, também trouxe novidades. Uma delas foi um apelo que fez a um motobói que supostamente teria sacado dinheiro no Banco Rural e que estaria pensando em prestar depoimento, mas não tinha coragem de fazê-lo por temer por sua integridade física e até pela própria vida. “Por favor, apareça”, pediu a ex-secretária.



TESTEMUNHA Segundo Fernanda, motobói que teria sacado dinheiro no Banco Rural está com medo

Secretária desmente publicitário

A secretária Fernanda Karina revelou que a empresa SMP&B pagava a fornecedores mediante depósitos bancários, transferência entre contas e cheques. Se a informação for confirmada, desmonta parte da versão apresentada pelo empresário Marcos Valério de que os saques realizados nas contas de suas empresas – no valor de R\$ 21 milhões entre março de 2003 e dezembro de 2004 – seriam para o pagamento de fornecedores.

Fernanda disse que, na véspera da divulgação do resultado da licitação para a conta de publicidade dos Correios, Marcos Valério mandou encomendar salgadinhos e bebidas. A empresa venceu a concorrência e a festa foi realizada.

Agenda



Plenário

A sessão de hoje, às 9h, é não deliberativa. Não estão previstas votações de projetos, mas os debates dos senadores. Durante a próxima semana, ainda devem ser realizadas sessões no Senado, porque ainda não foi votada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), pré-requisito para o recesso parlamentar.

CPI define calendário

A CPI dos Correios se reunirá hoje para definir a agenda de depoimentos para a segunda quinzena de julho, conforme o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral

(PT-MS). No encontro, podem ser agendados os depoimentos da mulher de Marcos Valério, Renilda Fernandes, e do secretário licenciado do PT, Silvio Pereira.

Posse dos ministros

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa hoje, às 16h, da posse dos novos ministros. O senador Hélio Costa (PMDB-MG) assume as Comunicações; Silas Rondeau, Minas e Energia; e Saraiva Felipe, a Saúde.

PEC Paralela

Às 20h, a Rádio Senado apresenta programa especial sobre a PEC Paralela da Previdência, promulgada na terça-feira. A emenda altera alguns dispositivos da reforma previdenciária aprovada em 2003.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Delúbio e mulher de Valério vão depor na CPI

A CPI Mista dos Correios convocou o tesoureiro licenciado do PT, Delúbio Soares, e a mulher de Marcos Valério, Renilda Fernandes, para depor na comissão. Além deles, os parlamentares querem ouvir as funcionárias Geiza Dias dos Santos e Simone Reis de Vasconcelos, apontadas como as responsáveis pelos saques milionários das contas do empresário. A comissão marcará ainda a data para o depoimento do secretário-geral afastado do PT, Silvio Pereira, de acordo com requerimento aprovado na última semana. O cronograma para as próximas semanas será definido hoje, de acordo com o presidente da CPI, Delcídio Amaral (PT-MS).

Além disso, a comissão vai quebrar os sigilos de outras dez empresas ligadas a Marcos Valério, que vão de uma hípica a diversas empresas de assessoria empresarial e de participações. Senadores e deputados solicitaram também os detalhes sobre o contrato de empréstimo entre o PT e o banco BMG que foi avalizado por Valério, além de cópias das fitas do sistema interno do Brasília Shopping nos dias em que foram realizados saques maiores de R\$ 30 mil das contas ligadas ao empresário e a relação dos que trabalham nos gabinetes de todos os membros da CPI, para comparar com os nomes das pessoas que retiraram dinheiro das contas do Banco Rural.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Comissão que investiga denúncia de corrupção nos Correios enfrenta polêmica entre governo e oposição ao abrir sigilos bancário, fiscal e telefônico de Roberto Jefferson; deputado envia nota em que esclarece acusação a parlamentares

CPI quebra sigilo de Roberto Jefferson

A votação da abertura dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) tornou-se “palco para disputa política”, segundo se acusaram mutuamente oposição e governo na CPI dos Correios.

Parlamentares da oposição exigiram que também fosse votada a abertura dos sigilos do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, do ex-secretário-geral do partido Silvio Pereira, do seu presidente, José Genoino, e do deputado José Dirceu (PT-SP).

O senador Sibá Machado (PT-AC) então apresentou ofício enviado por fax por Dirceu, Delúbio, Silvio e Genoino, oferecendo a quebra de seus sigilos. Resta agora à CPI receber os documentos originais e enviar os pedidos aos órgãos competentes.

A possibilidade de abrir os sigilos de todos os 594 par-



SIGILO Abertura de informações fiscais, bancárias e telefônicas de Roberto Jefferson causou polêmica na comissão

lamentares, como sugeriu a deputada Denise Frossard (PPS-RJ), também causou tumulto. O senador Sibá alegou que a CPI, assim, estaria “fazendo o jogo” de Jefferson, transformando os parlamentares em suspeitos.

O deputado Jorge Bittar (PT-SP), aos gritos, afirmou que não permitiria que o PT sofresse mais sangria e nem aceitaria que se tentasse colocar Dirceu e Genoino no “mesmo balaio que Roberto Jefferson”.

O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), ponderou que, além de a Comissão não possuir poderes para determinar a abertura de todos os sigilos, isso seria inconstitucional por falta de um fato determinado

que permitisse a ação.

Para a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), o requerimento só foi aprovado porque Jefferson acusou membros da CPI de receberem o “mensalão” e praticarem caixa dois em campanhas eleitorais, durante participação no *Programa do Jô*, da Rede Globo, na última quarta-feira.

O presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MT), leu nota emitida por Jefferson, na qual ele alega ter confundido a CPI com a Comissão de Ética, onde realmente havia parlamentares que receberam o mensalão, de acordo com sua declaração no *Programa do Jô*. Na nota, ele repetiu os nomes dos deputados Valdemar Costa Neto (PL-SP), Carlos Rodrigues (PL-RJ), Sandro Mabel (PP-GO) e Pedro Henry (PP-MT) como beneficiários da suposta mesada.

Deputado diz que não acusou membros da CPI

Depois de ter seu sigilo fiscal, bancário e telefônico quebrado, o deputado Roberto Jefferson enviou nota à CPI dos Correios em que afirmou rejeitar a participação de deputados do PT nos plênios em que estiver sendo inquirido. No documento, ele acusa os petistas de tentarem preservar a imagem do PT atacando sua honra pessoal e a integridade de seu partido.

Em especial, Jefferson questionou a isenção da senadora Ideli

Salvatti (PT-SC) para julgá-lo na CPI. O deputado observou que ela é membro da executiva acusada de pagar o “mensalão”.

Sobre as denúncias de participação de deputados da CPI no esquema do “mensalão”, apresentadas em entrevista no *Programa do Jô*, da Rede Globo, Jefferson disse estar referindo-se a integrantes da Comissão de Ética da Câmara. Citou nominalmente os deputados Valdemar Costa Neto, Carlos Rodrigues,

Sandro Mabel e Pedro Henry.

“Questiono a autoridade, bem como a capacidade de isenção para me julgar em qualquer foro, por parte de deputados do PP e PL, que se beneficiaram do ‘mensalão’”, escreveu o deputado.

O presidente da CPI, Delcídio Amaral, decidiu enviar a nota ao Conselho de Ética da Câmara, onde Jefferson responde a processo por quebra de decoro parlamentar.



FORÇA Para Malta, os bingos que funcionam no país só permanecem abertos por causa de liminares

Magno Malta: CPI dos Bingos deve visar contravenção

O senador Magno Malta (PL-ES) disse que o relatório da CPI do Narcotráfico na Câmara – que foi presidida por ele quando era deputado – já demonstrava a entrada das máquinas caça-níquel no país por intermédio de grupos ligados à lavagem de dinheiro, “que começaram a lançar mão desses instrumentos para cometer crime contra a sociedade brasileira”.

Magno Malta afirmou que a CPI dos Bingos não deve investigar pessoas, mas sim a contravenção. Segundo ele, os bingos que estão em funcionamento no país só permanecem abertos por força de ações liminares.

Ideli Salvatti protesta contra denúncia de falta de isenção

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) manifestou ontem em Plenário seu protesto contra afirmações feitas pelo deputado Roberto Jefferson em nota lida na CPI dos Correios. No documento, Jefferson questiona a isenção da senadora para julgá-lo. Ele afirma que Ideli faz parte da Executiva do PT, junto com as pessoas que o deputado acusa de distribuidoras do “mensalão”.

– Não foi à toa que ele me acusou. Eu o questionei de forma contundente durante o seu depoimento e exigi que ele explicasse as denúncias. O deputado

Roberto Jefferson afronta as instituições democráticas ao fazer insinuações sem nada comprovar – afirmou a senadora.

Ideli Salvatti agradeceu as manifestações de solidariedade recebidas de seus colegas parlamentares e elogiou a atitude dos dirigentes petistas, que autorizaram a quebra de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico.

Em aparte, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) reconheceu a participação incisiva de Ideli Salvatti na CPI, e disse que Roberto Jefferson será investigado ao limite. Mas o senador pon-



DUREZA Ideli afirma que Jefferson ficou incomodado com a forma contundente com que ela o tratou

derou que parte das acusações de Jefferson tem sido comprovada. Sérgio Guerra insistiu em que é preciso investigar todos os envolvidos nas denúncias. Sibá Machado (PT-AC) também manifestou sua solidariedade à senadora.



EXCLUSÃO “Só aumentou o emprego daqueles ligados diretamente ao governo”, acusa Mão Santa

Mão Santa afirma que povo perdeu com governo Lula

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou ontem em Plenário que quem perdeu com o governo Lula foi o povo. Ele disse que a política fiscal mostrou o despreparo do “núcleo duro do governo”, que teria seguido o caminho “mais simples”, de aumentar impostos.

– Este é o partido do tributo. Só se aumentou o emprego daqueles ligados diretamente ao governo – observou.

Mão Santa apresentou considerações da Fundação Getúlio Vargas (FGV), segundo as quais o problema do Brasil está na qualidade do gasto público. Para ele, é preciso reduzir os juros e economizar recursos para investimentos sociais.



Mercadante quer revisão no modo de trabalho na CPI dos Correios; ACM afirma que homem público deve abrir sigilos; Alvaro cobra rigor na apuração das denúncias; Antônio Leite exalta papel da mídia; José Jorge diz que reforma política não passa de "biombo"

ACM pede aos parlamentares da CPI que quebrem seus sigilos

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sugeriu, da tribuna, que todos os integrantes da CPI dos Correios autorizem a quebra de seus sigilos bancário e telefônico.

– Nenhum homem público deve manter seu sigilo bancário, telefônico ou fiscal quando chega a esta Casa ou ao governo. Quem quiser saber da vida

de um parlamentar tem o direito de saber. Isso é uma forma de dar credibilidade aos homens públicos – propôs o senador, que, no passado, autorizou a quebra de seus sigilos.

Ao comentar as primeiras mudanças da reforma ministerial, o senador se disse apreensivo e desiludido, afirmando que o governo não se interessa em ter

uma boa equipe, uma vez que “só pensa na reeleição”.

Antonio Carlos também comemorou a aprovação do decreto legislativo que autoriza o referendo sobre a proibição da venda de armas de fogo. Ele parabenizou o presidente do Senado, Renan Calheiros, autor da proposta, e Edison Lobão (PFL-MA), Tasso Jereis-

sati (PSDB-CE), José Sarney (PMDB-AP) e César Borges (PFL-BA), que também trabalharam pela aprovação.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) disse que Antonio Carlos havia lhe dado autorização para quebra de seus sigilos, mas, considerando-o um homem de bem, preferiu não utilizá-la.



TRANSPARÊNCIA Para Antonio Carlos, cidadão tem o direito de conhecer a vida do político

Mercadante quer mudança nos trabalhos da comissão

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), apelou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para que convoque os líderes partidários para repensar o andamento da CPI dos Correios. O senador defende mudanças no ritmo dos trabalhos para que, na sua opinião, eles sejam conduzidos com “total independência” e fiquem imunes aos “destemperos de alguns integrantes”.

Mercadante ficou insatisfeito com a leitura, na CPI, de nota do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), em que este questionava a isenção da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) para investigá-lo. O líder petista hipotecou “total e irrestrita solidariedade” à sua companheira de partido



EXEMPLO Mercadante: é preciso evitar o que aconteceu na CPI do Banestado, prejudicada por atritos

e observou que é preciso evitar que se repita o que aconteceu com a CPI do Banestado, cujo relatório final não foi lido, por conta de atritos entre seus membros.

– Por isso, quero pedir ao

presidente do Senado, Renan Calheiros, que chame os líderes para que a gente possa se reunir, como foi acordado na instalação da comissão, sempre que ocorra algum episódio que mereça acompanhamento.

Apoiando Mercadante, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apontou a presença da televisão como fator que estimula o clima de enfrentamento. O deputado Sérgio Guerra (PSDB-PE) considerou que “não tem a menor relevância” a suspeita levantada por Jefferson. Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que não via qualquer agravo pesando sobre Ideli. Também se manifestaram Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Cristovam Buarque (PT-DF), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Edison Lobão (PFL-MA).

Reforma visa encobrir denúncias, diz José Jorge

O líder da Minoria, senador José Jorge (PFL-PE), afirmou ontem que a reforma política, anunciada pelo governo sob o argumento de revitalizar as regras e normas que orientam as práticas eleitorais e partidárias, faz parte de uma estratégia para minimizar a repercussão das denúncias de corrupção que atingem o Executivo.

– Toda vez que se descobre alguma coisa errada no âmbito da administração pública, o governo sempre procura criar uma cortina de fumaça para esconder aquilo de errado que está

acontecendo – acrescentou.

Anteriormente, disse ele, quando se deu “o Caso Waldomiro” – referência ao então assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz, filmado quando pedia propina a empresário de jogos eletrônicos –, o governo recorreu à extinção dos bingos por meio de uma medida provisória que “jogou nas ruas milhares de desempregados”.

José Jorge disse que, agora, para afastar ou diminuir a repercussão do “mensalão”, o governo recorre à reforma política. No entanto, para o se-



PROTEÇÃO Para José Jorge, sempre que se descobre algo de errado, “governo cria cortina de fumaça”

nador, do jeito que está formulada, “a reforma não passa de um biombo para impedir que a sociedade acompanhe as investigações e os desdobramentos das denúncias”. Em aparte, ele recebeu apoio de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Antônio Leite elogia a atuação da imprensa

Antônio Leite (PMDB-MA) ressaltou a atuação da imprensa no aprimoramento das instituições nacionais e no fortalecimento da democracia, ao salientar que as denúncias de corrupção vieram à tona graças ao trabalho jornalístico.

Em sua opinião, a imprensa possui dinâmica própria, “conseguindo trazer os acontecimentos a público com a rapidez que os órgãos do Estado não acompanham, por serem de natureza lenta e obedecerem a normas e diretrizes”.

– Sob esse prisma, a imprensa tem prestado ao país um serviço de inestimável importância, seja no sentido de colocar a informação à disposição do povo, seja no que diz respeito ao trabalho de criar cidadania, pois a cidadania não se concretiza no âmbito de um povo que desconhece a própria realidade.

Ao citar Rui Barbosa, o parlamentar disse que a imprensa “é a vista da nação”. Ele também recorreu a palavras de Norberto Bobbio para enfatizar que “o governo da democracia é o governo do poder público em público”.



CONTRIBUIÇÃO Antônio Leite afirma que imprensa tem prestado ao país serviço de inestimável importância



CRÍTICA Alvaro Dias manifesta indignação com atitude de alguns integrantes do colegiado

Alvaro aponta práticas de obstrução

Alvaro Dias (PSDB-PR) classificou como um “espetáculo deprimente” a reunião de ontem da CPI dos Correios. Da tribuna, o senador se mostrou indignado porque alguns integrantes da comissão, a seu ver da base aliada, estariam obstruindo os trabalhos e impedindo a votação de diversos requerimentos.

Ele destacou que a CPI aprovou a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Entretanto, disse, é preciso que se quebrem também os sigilos de outras personalidades que são alvo de denúncias “nesse momento de crise moral deplorável que se abate sobre as instituições públicas de nosso país”.

Alvaro opinou que os congressistas devem cumprir rigorosamente o dever de investigar as denúncias, como exige a população. “O que nos resta é apelar para que a CPI possa investigar para valer, sem preocupação de preservar determinados setores, acobertar fatos ou proteger determinadas pessoas”, frisou.



Renan festeja decreto como estímulo a uma cultura de paz; Severino define momento como um marco da democracia; ministro da Justiça lembra campanha das Diretas Já; e entidades acreditam que referendo vai aprofundar debate sobre a violência no país

DESARMAMENTO

Promulgado decreto sobre referendo de armas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, promulgou ontem o decreto legislativo que convoca um referendo para a população decidir se deseja abolir o comércio de armas de fogo e de munições no Brasil. O referendo será realizado no dia 23 de outubro, e, ainda em julho, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) baixará instruções sobre a consulta popular.

– Hoje, sem dúvida, é um grande dia para o Brasil. É um

dia de comemorarmos, mais do que a promulgação desse decreto legislativo, uma cultura de paz. As coisas como estão não podem continuar. Morrem no Brasil todos os dias 104 pessoas assassinadas por arma de fogo – disse o presidente em solenidade no seu gabinete.

Renan afirmou que 63,9% dos homicídios que acontecem no Brasil são cometidos com arma de fogo. Também lembrou dados da Unesco, se-

gundo os quais 550 mil pessoas foram vítimas dessas armas, no Brasil, entre 1979 e 2003. Ele disse ainda que 206 mil dessas vítimas tinham entre 15 e 24 anos de idade e que, em cada três jovens que morreram, um foi por ferimento a bala.

O presidente do Senado reconheceu que a criminalidade tem múltiplas causas e sustentou ser necessário atacar todas elas, sendo o referendo um bom começo. Para ele, o Brasil

enfrenta dificuldades com a falta de recursos para combater o crime, mas sublinhou que o problema maior é a vulgarização da arma de fogo. De acordo com o senador, existem de 10 a 20 milhões de armas ilegais no país, contra apenas algo em torno de 5 milhões de armas legais. “E a arma está na raiz da criminalidade”, enfatizou.

Acompanharam a solenidade o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, e o ministro da

Justiça, Márcio Thomaz Bastos, além de senadores, deputados, representantes de entidades e parentes de vítimas que lutaram a favor da aprovação da matéria.

O presidente da Câmara, saudado por ter cumprido a palavra de que se empenharia para aprovar o decreto três meses antes da realização do referendo, definiu o momento como “um marco na história da democracia.

Para entidades, consulta vai abrir debate sobre violência

Para a presidente do Comitê Nacional de Vítimas de Violência (Convive), Valéria Velasco, o referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e de munição será fundamental para aprimorar o debate sobre a segurança pública e para que a população possa optar em que tipo de país quer viver.

– A população vai dizer o que pretende do futuro, o que espera para si própria, o que espera para suas famílias – enfatizou Valéria, mãe de um adolescente assassinado em Brasília em 1993.

Segundo o secretário-executivo do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), Ervino Schmidt, a regulamentação do desarmamento desencadeará uma campanha nacional de conscientização sobre as consequências da violência.

– Nós sempre tivemos a esperança de que a matéria seria aprovada. A gente via as manobras sendo feitas para protelar

a questão, mas, graças a Deus, a matéria foi regulamentada. Agora começa uma nova fase de conscientização, para que o povo vote a favor do desarmamento – afirmou o religioso.

De acordo com o representante do movimento Viva Rio contra a violência, Rangel Bandeira, a promulgação do decreto legislativo que regulamenta o referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e de munição servirá para mobilizar todas as parcelas da sociedade no combate à violência.

Advogada de vítimas de violência, Cristina Leonardo sustenta que a regulamentação do referendo é uma conquista da sociedade, pois a campanha mobilizou parlamentares de todos os partidos e a própria população.

– A questão da violência está muito ligada à questão do armamento e o referendo é um excelente caminho para a cultura da paz – opinou.



ATO Renan, entre Thomaz Bastos e Severino Cavalcanti, na concorrida solenidade de promulgação do referendo

Thomaz Bastos: desarmamento exige luta

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, comparou o decreto legislativo que regulamenta o referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e de munição à campanha das Diretas Já, há 21 anos, que mobilizou a sociedade a favor da emenda pelo retorno de eleição direta para presidente.

– Perdemos a emenda, mas ganhamos a democracia de volta – disse o ministro, ressaltando

que a luta será idêntica para garantir o desarmamento e uma cultura de paz no Brasil.

O deputado federal Raul Jungmann (PPS-PE) compartilhou com a opinião do ministro. Segundo ele, o referendo será uma oportunidade para o país exercer controle sobre os índices de violência e “trocar a cultura do medo pela cultura da paz”.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) acredita que o povo

brasileiro vai optar pelo desarmamento, de forma a “abolir a praga da violência”.

Para o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a regulamentação do referendo é uma das maiores vitórias da sociedade após a promulgação da Constituição, em 1988. O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) diz que a regulamentação desse referendo traduz um “anseio” da própria população.

Coleta de armas continua até 23 de outubro

Até o dia 23 de outubro – data em que os eleitores responderão à pergunta sobre a proibição de venda de armas no país – as igrejas cristãs do Brasil e organizações não-governamentais (ONGs) que lutam contra a violência, como o Viva Rio e o Convive, apoiarão a campanha pelo recolhimento de armas

feita pela Polícia Federal.

A campanha já resultou na coleta de 338.334 armas em todo o país. Sua última fase se encerraria em 23 de junho, mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, atendendo à sugestão das igrejas e de ONGs, prorrogou as ações até 23 de outubro. Para isso, o presidente teve de editar

medida provisória que tramita no Congresso.

Quem entrega as armas tem direito a uma indenização que varia entre R\$ 100 e R\$ 300, dependendo do calibre da arma. O orçamento de R\$ 30 milhões do governo federal para as indenizações foi reforçado com mais R\$ 20 milhões.



MILITÂNCIA Com apoio de entidades que defendem o desarmamento, armas serão recolhidas até 23 de outubro, data em que deve se realizar o referendo



DOCUMENTOS Sibá Machado apresenta pareceres de procuradoria e tribunal de contas do Acre

Sibá defende lisura de contrato de publicidade

O senador Sibá Machado (PT-AC) apresentou ontem em Plenário documentos que, segundo disse, comprovam a lisura dos contratos de publicidade do governo do Acre com a empresa Asa Comunicação. Sua intenção foi desmentir matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, e divulgada por Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) na sessão de quarta-feira, que apontava irregularidades no acordo, firmado em 2001.

Os documentos apresentados pelo senador são pareceres da Procuradoria Geral do Acre e do Tribunal de Contas do estado dando conta de que os atos praticados pela Secretaria de Comunicação, na prorrogação do contrato de serviço de propaganda institucional, estão em conformidade com a lei.

— A afirmação da *Folha* de que o Acre reajustou o contrato em 585% é falsa. O jornal faz uma soma simplista dos gastos de todos os anos, num total de 50 meses de serviços prestados, como se fossem aumentos irregulares.

Sibá Machado afirmou que de 2001 a 2005 os aditamentos permitidos pela Lei 8.666 produziram reajuste médio de 29% para cada período de 12 meses no referido contrato. Ele explicou que de 2002 para 2003 até houve diminuição dos gastos, que se reduziram de R\$ 6,4 milhões em 2002, para R\$ 6,2 milhões em 2003. Ele acrescentou que os gastos atendiam em média a 20 prestadoras de serviços por mês.

O senador pediu que a *Folha* fizesse retratação pública. Lembrou que o senador Mesquita Júnior participou do governo do Acre como secretário de estado e viu como se trabalha no governo. A seu ver, não resta nenhuma dúvida sobre a lisura do Poder Executivo no Acre, sob a administração do petista Jorge Viana.

Plenário aprova aumento para ministros do STF

■ Reajuste de salário para R\$ 21,5 mil vale também para o procurador-geral da República

O Plenário do Senado aprovou ontem, em regime de urgência, o projeto de lei da Câmara (PLC 51/05) que fixa os subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), elevando os seus salários para R\$ 21,5 mil, a partir de 1º de janeiro de 2005, e R\$ 24,5 mil, a partir de 1º de janeiro de 2006. Os senadores aprovaram também o PLC 52/02, que estipula os mesmos valores dados aos

ministros do STF para os vencimentos do procurador-geral da República. Os projetos vão à sanção presidencial.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator do PLC 51/05, e o senador José Jorge (PFL-PE), relator do PLC 52/02, ofereceram pareceres favoráveis à aprovação das matérias. Tebet lembrou que os projetos obtiveram aprovação unânime na Câmara dos Deputados, na quarta-feira, e que o valor do subsídio de ministro do Supremo vale como teto para os salários do funcionalismo público, significando que ninguém poderá ganhar mais do que R\$ 21,5 mil.

Na discussão das matérias,

o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) afirmou que seu partido se posicionava contrariamente à aprovação porque privilegiava algumas categorias em detrimento do conjunto dos trabalhadores federais do país, advertindo que o reajuste pode provocar aumentos em cascata, inclusive para parlamentares.

Já Ramez Tebet, apesar de considerar que o servidor é injustiçado, observou que o país precisa de uma Justiça forte e competente e os magistrados necessitam ser bem remunerados. Defenderam ainda a proposta os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Edison Lobão (PFL-MA).



EXPECTATIVA Policiais civis, militares e bombeiros acompanham projeto que eleva os salários das categorias

Reajuste de vencimentos para policiais e bombeiros

Com as galerias do Plenário cheias de policiais civis, militares e bombeiros do Distrito Federal, o Senado aprovou ontem o projeto que aumenta os vencimentos dessas categorias.

— Tanto a Polícia Militar, como a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal estão entre os melhores do Brasil — elogiou o senador Paulo Octávio (PFL-DF), que relatou o projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Cristovam Buarque (PT-DF), em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), também proferiu parecer favorável à matéria. Ele considerou o projeto (PLC 54/05) fundamental para que os bombeiros e os policiais tenham condições mínimas para continuar desempenhando suas funções.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou a unanimidade entre os políticos brasileiros em favor do aumento.

Os policiais civis tiveram seus vencimentos básicos fixados entre R\$ 300,89 e R\$ 648,24. Já os policiais militares e bombeiros passarão a receber uma Vantagem Pecuniária Especial (VPE), cujo valor varia entre R\$ 1.007,40 e R\$ 1.442,38. O projeto, que vai à sanção presidencial, fixa em 17.736 o número de policiais militares e em 6.600 os bombeiros no Distrito Federal.

Senadores debatem aposentadoria compulsória

Durante o debate da proposta de emenda à Constituição (PEC 42/03) que estipula a aposentadoria compulsória no serviço público aos 75 anos “na forma de lei complementar”, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apresentou emenda de Plenário para excluir novas categorias da exigência da regulamentação por lei complementar. A matéria, que teve ontem sua quarta sessão de discussão em primeiro turno, já havia recebido emenda de Edison Lobão (PFL-MA), excluindo ministros dos tribunais superiores dessa condicionante.

José Jorge (PFL-PE), que é o relator da matéria na Comissão de Justiça (CCJ), propôs que a PEC seja votada apenas em agosto, a fim de garantir acordo entre as lideranças. O líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), concordou com o relator.

Luiz Otávio (PMDB-PA) também pediu mais tempo para analisar o assunto. Já o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM) disse que a matéria deve ser votada o mais rápido possível.

O projeto original, cujo primeiro signatário é Pedro Simon (PMDB-RS), eleva a idade da aposentadoria compulsória do servidor de 70 para 75 anos. No entanto, em virtude de emenda de José Jorge, passou a condicionar a mudança a uma lei complementar.

Referendados acordos internacionais

O Plenário do Senado aprovou ontem sete projetos de decretos legislativos (PDL) sobre acordos internacionais, 11 requerimentos de tramitação conjunta de projetos e um requerimento pedindo tramitação autônoma para um projeto de lei do Senado (PLS).

Um dos sete decretos aprovados, o PDL 127/05, reafirmou o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre os governos do Brasil e da Nigéria, celebrado em 2000. Com a aprovação do texto, ambas as nações se comprometem, num auxílio mútuo, a promover e apoiar o intercâmbio de apresentações de grupos musicais e teatrais, palestras sobre artes, exposições, tradução de obras literárias, revistas e jornais dos dois países.

Já o PDL 128/05 aprovou o texto do Segundo Protocolo relativo à Convenção de Haia de 1954 para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflitos Armados, enquanto o PDL 130/05 aprovou o Acordo de Cooperação na Área de Turismo, entre o Brasil e a Rússia, celebrado em 2001. O texto do Acordo de Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa, entre o Brasil e África do Sul, também foi acolhido (PDL 133/05).

Outro decreto (PDL 134/05) trata do acordo entre Brasil e Argentina que tem o objetivo de tornar gratuita a emissão de vistos para estudantes e professores em trânsito entre as duas nações. Também foi examinado (pelo PDL 136/05) o texto do acordo entre Brasil e Coreia do Sul que institui assistência jurídica mútua em matéria penal. O sétimo decreto é o PDL 137/05, que trata do Acordo de Cooperação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre Coreia do Sul e Brasil, celebrado em 2001.

Os 11 requerimentos aprovados solicitam a tramitação conjunta de dois ou mais projetos de lei do Senado, por tratarem dos mesmos temas.

Já um requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), também acolhido pelo Plenário, solicita que um projeto de lei de sua autoria (que permite ao trabalhador comprar veículo próprio, apenas para uso particular, com recursos do FGTS) tramite em separado de projeto da Câmara dos Deputados.

Renan lamenta atentados na capital britânica

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, divulgou declaração oficial lamentando os atentados terroristas ocorridos ontem em Londres, capital do Reino Unido. Na declaração, Renan Calheiros reafirmou a tradição pacífica da política externa brasileira e classificou como bárbaras e irracionais as explosões na capital inglesa, que mataram dezenas de pessoas e deixaram mais de 700 feridos. Até o início da noite não havia informações sobre brasileiros entre as vítimas, segundo o Itamaraty.

O senador José Jorge (PFL-PE), líder da Minoria, apresentou requerimento solicitando voto de solidariedade ao povo inglês. Já o senador Sibá Machado (PT-AC) pediu à Mesa que o Senado Federal divulgue nota oficial de pesar em solidariedade à população inglesa.

A declaração

“Como presidente do Senado Federal, venho lamentar, profundamente, as explosões que mancharam de sangue a cidade de Londres nesta manhã. Um ataque terrorista bárbaro, brutal, fruto do ódio e da irracionalidade. Um ataque que atinge não apenas a comunidade inglesa, ou a comunidade europeia, mas toda a comunidade internacional, e que merece o repúdio do mundo inteiro.

Deficiente visual agradece a Tuma lei que permite livre trânsito de cão guia

A presidente do Instituto de Responsabilidade e Inclusão Social (Iris), Thays Martinez, visitou o senador Romeu Tuma (PFL-SP) para agradecer por projeto de sua autoria (PLS 181/01), transformado na Lei 11.126 no dia 27 de junho. A lei assegura à pessoa portadora de deficiência visual acompanhada de cão guia o direito de ingressar e permanecer com o animal em estabelecimento público e privado de uso coletivo. O cão poderá também acompanhar o deficiente em transporte coletivo, inclusive interestadual e internacional com origem no território brasileiro.

Conforme o parlamentar, o objetivo da lei é garantir a máxima integração do portador de deficiência, em cumprimento



ACESSO Romeu Tuma recebe Thays Martinez e seu cão guia nas dependências do Senado



SOLIDARIEDADE Presidente do Senado classifica como bárbaros e irracionais os atentados em Londres

“A escalada terrorista, que depois do 11 de setembro já massacrou centenas de pessoas inocentes em Madri e na escola de Beslan, na Ossétia do Norte, só para citar alguns exemplos, precisa ser riscada do planeta. Em um mundo civilizado, divergências e conflitos de qualquer ordem precisam ser pautados por negociações diplomáticas. Precisam, antes de tudo, atender a uma condição básica, fundamental: o respeito pela vida humana.

“Nesse momento, temos que lembrar e reafirmar a tradição pacífica de nossa política externa. E temos que reafirmar nossa crença no estado de Direito e na paz. É essa crença que nos leva a comemorar, hoje, a promulgação do decreto que marca para outubro o referendo sobre a proibição da venda de armas de fogo e de munição no Brasil. Um passo importante para mudar uma estatística cruel, segundo a qual, a cada dia, morrem 104 pessoas no Brasil vítimas de armas de fogo.”

ao que diz a Constituição. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU), destaca Romeu Tuma, mostram que há no país mais de 40 mil cegos e algumas centenas de milhares de pessoas com baixa visão.

Base norte-americana no Paraguai preocupa

Senadores vão ao ministro Celso Amorim debater as possíveis implicações para o Brasil e o Mercosul

Senadores que integram a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) visitarão o ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, para debater as possíveis implicações, para o Brasil, da permissão que o governo do Paraguai teria dado para a instalação de uma base militar dos Estados Unidos em seu território. Essa decisão foi tomada ontem em razão de uma notícia publicada no último dia 1º pela página eletrônica www.agenciartamaior.com.br.

O artigo, assinado por Verena Glass, editora de Movimentos Sociais da Agência Carta Maior, informava que a ministra das Relações Exteriores do Paraguai, Leila Rachid, abriria o território do país a tropas americanas e garantiria imunidade e *status* diplomático aos soldados. A base militar ficaria na região da tríplice fronteira, com previsão de permanência até o fim de 2006, prazo que poderia ser prorrogado.

A princípio, a sugestão da comissão seria a de enviar apenas uma carta ao ministro, com pedido de informações. Mas, por proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS), decidiu-se entregar a carta pessoalmente.

– Queremos saber o que está acontecendo e se o acordo do

Mercosul, do qual o Paraguai faz parte, prevê esse tipo de convênio – afirmou Simon.

Para o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), caso a instalação da base norte-americana seja apenas para a prática de exercícios militares pacíficos e ações humanitárias, não haverá problema, mas é preciso acompanhar esse processo.

– No passado, já houve tentativas do governo americano de efetivar ações na nossa região fronteira com o objetivo de combater o terrorismo. Aquela região é próxima, inclusive, da usina de Itaipu – disse ele.

O presidente da CRE, senador Cristovam Buarque (PT-DF), informou que a visita ao ministro das Relações Exteriores deverá ocorrer ainda este mês ou, no máximo, em agosto.



EXPLICAÇÕES Presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (D) marcará visita a Celso Amorim

Para Simon, objetivo dos EUA é criar desentendimento

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) subiu à tribuna ontem para declarar sua preocupação com os boatos de que os Estados Unidos estariam planejando a instalação de uma base militar no Paraguai.

– Não se justifica que os Estados Unidos continuem a estabelecer bases pelo mundo inteiro. George Bush pensa que é o xerife de toda a Humanidade. Por que colocar uma base militar na América do Sul, que é pacífica e ordeira? – criticou.

Para o senador, “o assunto é sério demais”, pois a base poderia ser instalada perto da região da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina e próxima à usina hidrelétrica binacional de Itaipu. Simon levanta a suspeita de que os norte-americanos estariam atrás das “fantásticas reservas de água” e não de terroristas muçulmanos, como alegam.

Ele salientou que a fiscalização na região deve ser feita apenas pelos três países sul-americanos, mesmo se lá existirem focos terroristas.

– Naquela região de fronteiras tem contrabando de armas e drogas, roubo de caminhões. Isso existe, mas não vai ser uma base americana que resolverá esses problemas. Quem tem que resolver é o Mercosul – avaliou o senador.

Na opinião de Simon, os Estados Unidos querem criar um desentendimento entre os países que compõem o Mercosul. O parlamentar disse esperar que os boatos sejam falsos, mas que a CRE vai conferir o que está acontecendo na realidade. Em apartes, os senadores Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apoiaram o pronunciamento do colega e destacaram a importância do assunto.

Proteção para a Amazônia e emigrantes

Foram indicados ontem os novos integrantes das subcomissões permanentes da Amazônia e de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior.

A Subcomissão da Amazônia será integrada pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Valdir Raupp (PMDB-RO), Pedro Simon (PMDB-RS), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Jefferson Péres (PDT-AM).

Para a Subcomissão de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior foram indicados Heráclito Fortes (PFL-PI), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Mão Santa (PMDB-PI), Roberto Saturnino (PT-RJ), Marcelo Crivella (PL-RJ) e Jefferson Péres.



BENEFÍCIOS Aelton Freitas destaca importância dos programas de transferência de renda

Aelton elogia programas sociais do governo Lula

Aelton Freitas (PL-MG) elogiou, em discurso, os programas sociais desenvolvidos pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O parlamentar, que se diz conhecedor das possibilidades e desafios da produção de alimentos no Brasil, afirmou que há mais de 70 anos o problema da fome deixou de ser a falta de alimentos, mas a falta de renda. Enquanto a produção agropecuária bate recordes, a gravidade da fome no país parece não ter diminuído, observou.

– Em 2002, os recursos federais destinados ao social totalizavam R\$ 7,2 bilhões, porém eram insuficientes. O governo atual agrupou programas sociais pré-existent. Em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social investiu R\$ 14 bilhões e o orçamento deste ano pode chegar a R\$ 17,1 bilhões, o que representa um acréscimo de 138% em relação a 2002.

Aelton citou dados segundo os quais, dos 184 milhões de habitantes do Brasil, 40 milhões, ou 11,2 milhões de famílias, seriam considerados pobres. Ele disse que esse contingente vem sendo beneficiado por programas de transferência de renda como Bolsa-Família, Bolsa-Escola, Cartão-Alimentação, Auxílio-Gás, entre outros.

Mozarildo quer sustar demarcação de reserva

■ Para senador, ato que homologou Raposa Serra do Sol é nulo, por ter se baseado em portaria inexistente

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que o decreto de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, deve ser sustado, porque se baseou numa portaria inexistente do Ministério da Justiça, sendo por isso um ato nulo de pleno direito.

Autor do projeto de decreto legislativo (PDS 192/05) que susta o decreto presidencial, o parlamentar acrescentou ter recebido apoio da comissão temporária externa do Senado, formada pelos três senadores daquele estado e que esteve na região logo depois que a reserva foi homologada.

De acordo com Mozarildo, durante julgamento no Su-



EQUÍVOCO Mozarildo propõe que decisão do governo seja anulada por meio de decreto legislativo

premo Tribunal Federal (STF) para decidir se caberia a essa Corte ou à Justiça Federal em Roraima se pronunciar sobre o mérito da demarcação, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, informou ao relator do processo, ministro Ayres Brito, que baixara outra portaria mudando o formato da demarcação, o que faria com que as ações que tramitavam

no STF sobre a questão perdessem o objeto.

– Só que a portaria não havia sido publicada ainda e, mesmo assim, foi acatada a proposta de perda de objeto. No dia seguinte, o ministro publicou a portaria e, à tarde, o presidente Lula assinou o decreto da reserva, num frontal desrespeito à lei.

Para Mozarildo, a demarcação de Raposa Serra do Sol pretende “desescrever a história daquela região de Roraima”. Ele disse que, por força do decreto, serão expulsos de quatro cidades na fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela índios e miscigenados que estão no local há várias gerações.

Em aparte, Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) anunciou que também vai apresentar projeto para sustar o ato que demarcou reserva indígena no município de Antônio João (MS), em terras tituladas e ratificadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Juvêncio: Funai estimula índios a invadirem terras

Ao advertir sobre confrontos entre índios e produtores rurais em Mato Grosso do Sul, o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) acusou a Fundação Nacional do Índio (Funai) e organizações não-governamentais (ONGs) por ela orientadas de estimular indígenas a realizarem as invasões, inclusive transportando-os em caminhões para as terras em disputa.

– Peço que o presidente da Funai seja substituído ou que solicite a demissão, pois ele está prestando um desserviço

ao país. Tudo isso é uma injustiça com os indígenas, que são inocentes, e também com os proprietários rurais. Outras mortes podem ocorrer.

Segundo Juvêncio, as invasões atingem “terras produtivas, sobre as quais há títulos legítimos de propriedade”. Ele informou que os produtores de Sete Quedas, município localizado a 515 quilômetros de Campo Grande, iriam realizar ontem uma manifestação.

Teto salarial

Juvêncio pediu desculpa por um erro cometido em discurso



SAÍDA Juvêncio cobra demissão do presidente da fundação, por “estar desservindo ao país”

dias atrás, quando defendia a equiparação do teto salarial dos delegados de polícia ao dos coronéis da polícia militar (PM). Ele observou que, em alguns estados, delegado ganha mais do que coronel.



ALERTA Serys diz que ameaça de morte contra Niède Guidon decorre de questões agrárias

Serys denuncia ameaças contra arqueóloga

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) denunciou ontem ameaças de morte que vem recebendo a arqueóloga Niède Guidon, motivadas por disputas de terras. Niède, que dirige a Fundação Museu do Homem Americano, pesquisa há cerca de 30 anos sítios arqueológicos no Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí.

– Já levamos essa questão ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e, hoje [ontem], nos encontramos com o ministro da Defesa e vice-presidente da República, José Alencar, para tratar do assunto.

Corrupção

Serys também sugeriu que todos os aspirantes a cargos eletivos tenham os seus sigilos fiscal e bancário automaticamente quebrados no momento em que registrarem suas candidaturas.

– Isso, por si só, evitaria o surgimento de políticos potencialmente corruptos – assegurou a senadora.

Serys destacou ainda a futura instalação de uma fábrica de amônia e uréia em Mato Grosso. Ela participou de reunião com o presidente da Petrobras, Eduardo Dutra, em companhia do governador Blairo Maggi e de deputados federais e estaduais, para discutir o assunto.



SOLUÇÃO Flexa Ribeiro pede ao ministro da Justiça que interfira na crise no sul do estado

Flexa Ribeiro adverte sobre risco de conflito no Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) alertou para o “risco iminente” de um conflito entre indígenas e colonos no sul do Pará. De acordo com o senador, a forma como a Fundação Nacional do Índio (Funai) vem conduzindo o processo de demarcação de terras dos índios apiterewas está acirrando os ânimos.

– Recentemente, 15 índios, armados com espingardas, rifles e carabinas, foram à área disputada e incendiaram as casas de vários colonos, ameaçando de morte 20 famílias.

Flexa Ribeiro informou que a terra disputada é de 773 mil hectares, onde vivem 4.500 colonos assentadas pelo Insti-

tuto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e 142 índios. Ele argumentou que os colonos ocupam uma área de 265 mil hectares e que os 508 mil hectares restantes seriam suficientes para os indígenas.

O senador apelou ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que interfira na crise.

Segundo afirmou, os colonos e os índios já chegaram a um acordo, que está sendo ignorado pela Funai. O parlamentar acusou o coordenador do órgão em Altamira, Benigno Marques Pessoa, de “insuflar” os índios. Ele recebeu apoio de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Juvêncio da Fonseca (PDT-MS).